

EMPARN

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

Analista- Gestão Estratégica

EDITAL SEAD/ EMPARN Nº 03, DE 05 DE ABRIL DE 2025.

CÓD: SL-035AB-25
7908433273677

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.....	7
2. Estruturação do texto e dos parágrafos.....	9
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.....	10
4. Significação contextual de palavras e expressões.....	11
5. Equivalência e transformação de estruturas.....	11
6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	13
7. Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal.....	17
8. Pontuação.....	19
9. Estrutura e formação de palavras.....	21
10. Funções das classes de palavras.....	23
11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	31
12. Concordância nominal e verbal.....	32
13. Regência nominal e verbal.....	33
14. Ortografia oficial.....	36
15. Acentuação gráfica.....	38

Raciocínio Lógico Matemático

1. Princípio da regressão ou reversão.....	51
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.....	51
3. Lógica matemática qualitativa.....	56
4. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras.....	59
5. Geometria básica.....	60
6. Álgebra básica.....	65
7. Sistemas lineares.....	72
8. Calendários.....	73
9. Numeração.....	75
10. Razões especiais.....	76
11. Análise combinatória e probabilidade.....	78
12. Progressões aritmética e geométrica.....	83
13. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.....	85
14. Comparações.....	88

Informática

1. Conhecimentos sobre princípios básicos de Informática.....	95
2. Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador.....	96
3. MS-Windows 11: configurações, conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2021.....	98
4. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2021 (Word, Excel e Power Point).....	103

5. Configuração de impressoras.....	111
6. Correio Eletrônico (Microsoft Outlook): uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.....	112
7. Navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Uso dos principais navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	114
8. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.)	118
9. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	120

História do RN

1. A Capitania do Rio Grande na História das capitanias donatárias (Século XVI)	127
2. Indígenas nos Sertões do Rio Grande Colonial	128
3. Economia e Fiscalidade no Período Colonial: Arrecadação de Tributos na Capitania do Rio Grande	132
4. A seca e a questão sanitária no Século XIX	136
5. Terra dos Salineiros: os Trabalhadores da Extração de Sal no Rio Grande do Norte.....	141
6. Política e Sociedade: Mossoró e a Resistência ao Bando de Lampião	143
7. O Movimento de 1930 no Rio Grande do Norte	144
8. Nordeste em Guerra: O Papel da Costa Brasileira na 2ª Guerra Mundial	147
9. Populações Indígenas no Rio Grande do Norte	149
10. As Comunidades Quilombolas no estado do Rio Grande do Norte	154

Aspectos Geoeconômicos do RN

1. Atividades econômicas modernas e tradicionais: agropecuária; pesca; fruticultura; carcinicultura; mineração; sal; indústria; produção de petróleo e gás; turismo, comércio e serviços	159
--	-----

Conhecimentos Específicos Analista - Gestão Estratégica

1. Gestão estratégica: conceitos, objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas. Desafios para a estratégia. Transformação estratégica. Análise dos ambientes externos e internos. Formulação de estratégias	165
2. Planejamento estratégico: metodologia de planejamento estratégico. Bsc (balanced scorecard)	172
3. A implantação da gestão estratégica	178
4. Gestão de projetos: conceitos. O projeto e a organização administrativa. Planejamento e controle de projetos. Acompanhamento de projetos. Gerenciamento de projetos usando a metodologia do pmi.....	179
5. Gestão de processos: conceitos básicos. Instrumentos de análise de gestão de processos.....	182
6. Gestão de pessoas nas organizações. Conceitos, importância	184

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode che-

gar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros e tipos de textos

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam

que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

ARTICULAÇÃO DO TEXTO: PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXO, OPERADORES SEQUENCIAIS

— Definições e diferenciação

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, tanto que um texto coeso pode ser incoerente, e vice-versa. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória. Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

— Coesão Textual

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas conectivos.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricas. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência

— **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos.

Exemplo:

«Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

— **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças.

Exemplo:

“Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

— **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

“Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

— **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido.

Analise o exemplo:

“Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

— **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual – nominal, verbal ou frasal – por meio da figura denominando eclipse.

Exemplo:

“Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

— **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

Exemplo:

“Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

— **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

Exemplo:

“Aquele hospital público vive lotado. A instituição não está dando conta da demanda populacional.”

— Coerência Textual

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação – consequência decorrente dos saberes/conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente. A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mau uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” Os veganos não consomem produtos de origem animal.

Princípios Básicos da Coerência

— **Relevância:** as ideias têm que estar relacionadas.

— **Não Contradição:** as ideias não podem se contradizer.

— **Não Tautologia:** as ideias não podem ser redundantes.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **soma**.

Multiplicação $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **multiplicação**

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

A 1ª aplicação resultou em B e era 4A: $B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$

A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: $A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$

$$-X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

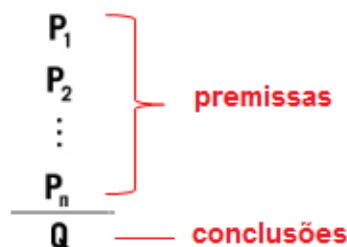
Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como $P_1, P_2, \dots, P_n$, conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

P1: Todos os cientistas são loucos.

P2: Martiniano é louco.

Q: Martiniano é um cientista.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

P1: Todos os homens são pássaros.

P2: Nenhum pássaro é animal.

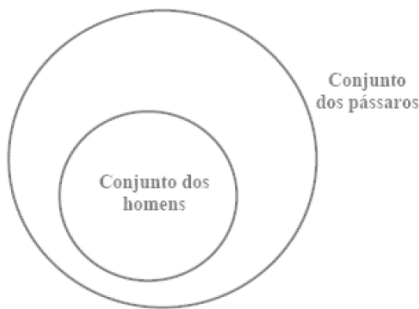
C: Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.

Como determinar se um argumento é válido?

A validade de um argumento pode ser verificada por meio de diagramas de Venn, uma ferramenta extremamente útil para essa finalidade, frequentemente usada para analisar a lógica de argumentos. Vamos ilustrar esse método com o exemplo mencionado acima. Ao afirmar na afirmação P1 que “todos os homens são pássaros”, podemos representar esta afirmação da seguinte forma:



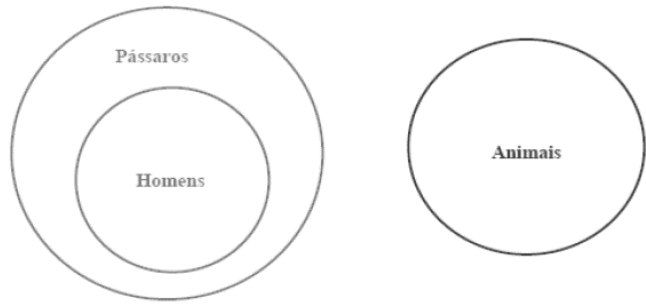
Note-se que todos os elementos do conjunto menor (homens) estão contidos no conjunto maior (pássaros), diminuindo que todos os elementos do primeiro grupo pertencem também ao segundo. Esta é a forma padrão de representar graficamente a afirmação “Todo A é B”: dois círculos, com o menor dentro do maior, onde o círculo menor representa o grupo classificado após a expressão “Todo”.

Quanto à afirmação “Nenhum pássaro é animal”, a palavra-chave aqui é “Nenhum”, que transmite a ideia de completa separação entre os dois conjuntos incluídos.



A representação gráfica da afirmação “Nenhum A é B” sempre consistirá em dois conjuntos distintos, sem sobreposição alguma entre eles.

Ao combinar as representações gráficas das duas indicações mencionadas acima e analisá-las, obteremos:



Ao analisar a conclusão de nosso argumento, que afirma “Nenhum homem é animal”, e compará-la com as representações gráficas das metas, questionamos: essa conclusão decorre logicamente das metas? Definitivamente, sim!

Percebemos que o conjunto dos homens está completamente separado do conjunto dos animais, diminuindo uma dissociação total entre os dois. Portanto, concluímos que este argumento é válido.

Argumentos Inválidos

Um argumento é considerado inválido, também chamado de ilegítimo, mal formulado, falacioso ou sofisma, quando as propostas apresentadas não são capazes de garantir a verdade da conclusão.

Por exemplo:

P1: Todas as crianças gostam de chocolate.

P2: Patrícia não é criança.

C: Logo, Patrícia não gosta de chocolate.

Este exemplo ilustra um argumento inválido ou falacioso, pois as premissas não estabelecem de maneira conclusiva a veracidade da conclusão. É possível que Patrícia aprecie chocolate, mesmo não sendo criança, uma vez que a proposta inicial não limite o gosto por chocolate exclusivamente para crianças.

Para demonstrar a invalidez do argumento supracitado, utilizaremos diagramas de conjuntos, tal como foi feito para provar a validade de um argumento válido. Iniciaremos com as primeiras metas: “Todas as crianças gostam de chocolate”.



Examinemos a segunda premissa: “Patrícia não é criança”. Para obrigar, precisamos referenciar o diagrama criado a partir da primeira localização e determinar a localização possível de Patrícia, levando em consideração o que a segunda localização estabelece.

Fica claro que Patrícia não pode estar dentro do círculo que representa as crianças. Essa é a única restrição imposta pela segunda colocação. Assim, podemos deduzir que existem duas posições possíveis para Patrícia no diagrama:

1ª) Fora do círculo que representa o conjunto maior;

2ª) Dentro do conjunto maior, mas fora do círculo das crianças. Vamos analisar:



Finalmente, passemos à análise da conclusão: “Patrícia não gosta de chocolate”. Ora, o que nos resta para sabermos se este argumento é válido ou não, é justamente confirmar se esse resultado (se esta conclusão) é necessariamente verdadeiro!

– É necessariamente verdadeiro que Patrícia não gosta de chocolate? Olhando para o desenho acima, respondemos que não! Pode ser que ela não goste de chocolate (caso esteja fora do círculo), mas também pode ser que goste (caso esteja dentro do círculo)! Enfim, o argumento é inválido, pois as premissas não garantiram a veracidade da conclusão!

Métodos para validação de um argumento

Vamos explorar alguns métodos que nos ajudarão a determinar a validade de um argumento:

1ª) Diagramas de conjuntos: ideal para argumentos que contenham as palavras “todo”, “algum” e “nenhum” ou suas convenções como “cada”, “existe um”, etc. referências nas indicações.

2ª) Tabela-verdade: recomendada quando o uso de diagramas de conjuntos não se aplica, especialmente em argumentos que envolvem conectores lógicos como “ou”, “e”, “→” (implica) e “↔” (se e somente se) . O processo inclui a criação de uma tabela que destaca uma coluna para cada premissa e outra para a conclusão. O principal desafio deste método é o aumento da complexidade com o acréscimo de proposições simples.

3ª) Operações lógicas com conectivos, assumindo posições verdadeiras: aqui, partimos do princípio de que as premissas são verdadeiras e, através de operações lógicas com conectivos, buscamos determinar a veracidade da conclusão. Esse método oferece um caminho rápido para demonstrar a validade de um argumento, mas é considerado uma alternativa secundária à primeira opção.

4ª) Operações lógicas considerando propostas verdadeiras e conclusões falsas: este método é útil quando o anterior não fornece uma maneira direta de avaliar o valor lógico da conclusão, solicitando, em vez disso, uma análise mais profunda e, possivelmente, mais complexa.

Em síntese, temos:

		Deve ser usado quando:	Não deve ser usado quando:
1º método	Utilização dos Diagramas (circunferências).	O argumento apresentar as palavras todo, nenhum, ou algum	O argumento não apresentar tais palavras.
2º método	Construção das tabelas-verdade.	Em qualquer caso, mas preferencialmente quando o argumento tiver no máximo duas proposições simples.	O argumento não apresentar três ou mais proposições simples.
3º método	Considerando as premissas verdadeiras e testando a conclusão verdadeira.	O 1º método não puder ser empregado, e houver uma premissa que seja uma proposição simples; ou que esteja na forma de uma conjunção (e).	Nenhuma premissa for uma proposição simples ou uma conjunção.
4º método	Verificar a existência de conclusão falsa e premissas verdadeiras.	O 1º método ser empregado, e a conclusão tiver a forma de uma proposição simples; ou estiver na forma de uma condicional (se...então...).	A conclusão não for uma proposição simples, nem uma disjunção, nem uma condicional.

Exemplo: diga se o argumento abaixo é válido ou inválido:

$$\frac{(p \wedge q) \rightarrow r}{\sim r} \quad \frac{\sim p \vee \sim q}{\sim p \vee \sim q}$$

Resolução:

1ª Pergunta: o argumento inclui as expressões “todo”, “algum”, ou “nenhum”? Se uma resposta negativa, isso exclui a aplicação do primeiro método, levando-nos a considerar outras opções.

2ª Pergunta: o argumento é composto por, no máximo, duas proposições simples? Caso a resposta seja negativa, o segundo método também é descartado da análise.

3ª Pergunta: alguma das propostas consiste em uma proposição simples ou em uma conjunção? Se afirmativo, como no caso da segunda proposição ser ($\sim r$), podemos proceder com o terceiro método. Se desejarmos explorar mais opções, temos obrigações com outra pergunta.

4ª Pergunta: a conclusão é formulada como uma proposição simples, uma disjunção, ou uma condicional? Se a resposta for positiva, e a conclusão para uma disjunção, por exemplo, temos a opção de aplicar o método quarto, se assim escolhermos.

Vamos seguir os dois caminhos: resolveremos a questão pelo 3º e pelo 4º método.

Análise usando o Terceiro Método a partir do princípio de que as premissas são verdadeiras e avalie a veracidade da conclusão, dessa forma, será obtido:

2ª Premissa: Se $\sim r$ é verdade, isso implica que r é falso.

1ª Premissa: se $(p \wedge q) \rightarrow r$ é verdade, e já estabelecemos que r é falso, isso nos leva a concluir que $(p \wedge q)$ também deve ser falso. Uma conjunção é falsa quando pelo menos uma das proposições é falsa ou ambas são. Portanto, não conseguimos determinar os valores específicos de p e q com esta abordagem. Apesar da aparência inicial de adequação, o terceiro método não nos permite concluir definitivamente sobre a validade do argumento.

Análise usando o Quarto Método considerando a conclusão como falsa e as premissas como verdadeiras, chegaremos a:

Conclusão: Se $\sim p \vee \sim q$ é falso, então tanto p quanto q são verdadeiros. Procedemos ao teste das propostas sob a suposição de sua verdade:

1ª Premissa: Se $(p \wedge q) \rightarrow r$ é considerado verdadeiro, e p e q são verdadeiros, a situação condicional também é verdadeira, o que nos leva a concluir que r deve ser verdadeiro.

2ª Premissa) Com r sendo verdadeiro, encontramos um conflito, pois isso tornaria $\sim r$ falso. Contudo, nesta análise, o objetivo é verificar a coexistência de posições verdadeiras com uma conclusão falsa. A ausência dessa coexistência indica que o argumento é válido. Portanto, concluímos que o argumento é válido sob o método quarto.

LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM

Alguns argumentos utilizam proposições que empregam quantificadores, essenciais em proposições categóricas para estabelecer uma relação consistente entre sujeito e predicado. O foco é na coerência e no sentido da proposição, independentemente de sua veracidade.

As formas comuns incluem:

Todo A é B .

Nenhum A é B .

Algum A é B .

Algum A não é B . Aqui, “ A ” e “ B ” representam os termos ou características envolvidas nas proposições categóricas.

Classificação de uma proposição categórica de acordo com o tipo e a relação

As proposições categóricas podem ser diferenciadas observando dois critérios essenciais: qualidade e quantidade ou extensão.

– **Qualidade:** esse concurso distingue as proposições categóricas em afirmativas ou negativas, baseando-se na natureza da afirmação feita.

– **Oferta ou extensão:** esta classificação é denominada como proposições categóricas, como universais ou particulares, dependendo do quantificador do destinatário na proposição.

Universais { universal afirmativa: TODO A é B .
universal negativa: NENHUM A é B .

Particulares { particular afirmativa: ALGUM A é B .
particular negativa: ALGUM A NÃO é B .

Dentro dessas categorias, baseando-se na qualidade e na extensão, identificam-se quatro tipos principais de proposições, simbolizados pelas letras A , E , I , e O .

Universal Afirmativa (Tipo A) – “Todo A é B ”.

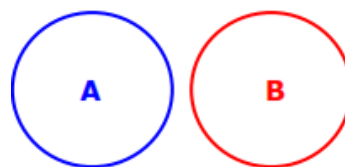
Existem duas interpretações possíveis.



Essas proposições declararam que o conjunto “ A ” está incluído dentro do conjunto “ B ”, significando que cada elemento de “ A ” pertence também a “ B ”. Importante notar que “Todo A é B ” difere de “Todo B é A ”.

Universal negativa (Tipo E) – “NENHUM A é B ”.

Essas proposições estabelecem que os conjuntos “ A ” e “ B ” não consideram nenhum elemento. Vale ressaltar que afirmar “Nenhum A é B ” equivale a dizer “Nenhum B é A ”. Esta negativa universal pode ser representada pelo diagrama em que A e B não se intersectam ($A \cap B = \emptyset$):



Particular afirmativa (Tipo I) – “ALGUM A é B ”

Podemos ter 4 diferentes situações para representar esta proposição:

INFORMÁTICA

CONHECIMENTOS SOBRE PRINCÍPIOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a ser popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

– **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

– **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

– **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

– **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

– **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

– **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO. PERIFÉRICOS DE UM COMPUTADOR

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— Gabinete

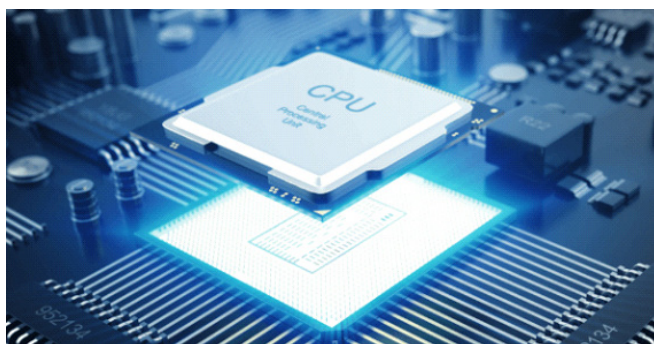
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

— Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

— Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

— Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

— Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

— Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

— Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

— Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

— Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

- **Barramento de Dados:** Transmite dados entre a CPU, a memória e outros componentes.
- **Barramento de Endereço:** Determina o local de memória a partir do qual os dados devem ser lidos ou para o qual devem ser escritos.
- **Barramento de Controle:** Carrega sinais de controle que dirigem as operações de outros componentes.

— Periféricos de entrada, saída e armazenamento

São dispositivos externos que se conectam ao computador para adicionar funcionalidades ou capacidades.

São classificados em:

- **Periféricos de entrada:** Dispositivos que permitem ao usuário inserir dados no computador, como teclados, mouses, scanners e microfones.



Periféricos de entrada

– **Periféricos de saída:** Dispositivos que permitem ao computador transmitir dados para o usuário, como monitores, impressoras e alto-falantes.



Periféricos de saída

– **Periféricos de entrada e saída:** Dispositivos que podem receber dados do computador e enviar dados para ele, como drives de disco, monitores touchscreen e modems.



Periféricos de entrada e saída

– **Periféricos de armazenamento:** dispositivos usados para armazenar dados de forma permanente ou temporária, como discos rígidos, SSDs, CDs, DVDs e pen drives.



Periféricos de armazenamento

MS-WINDOWS 11: CONFIGURAÇÕES, CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2021

O Microsoft Windows 11 representa a mais recente iteração da famosa série de sistemas operacionais da Microsoft.

Lançado como sucessor do Windows 10, o Windows 11 foi projetado para oferecer uma experiência de usuário aprimorada, juntamente com melhorias no desempenho, segurança e funcionalidades.

Além disso, a Microsoft introduziu uma série de mudanças no design, tornando o Windows 11 visualmente distinto em relação às versões anteriores.

Recursos do Windows 11

– **Nova interface de usuário:** o Windows 11 traz uma interface de usuário redesenhada, com um novo menu Iniciar no centro da barra de tarefas, cantos arredondados, ícones renovados e uma barra de tarefas simplificada. Essa mudança visa fornecer uma aparência mais moderna e coesa.

– **Compatibilidade de aplicativos:** o Windows 11 é projetado para ser compatível com a maioria dos aplicativos e programas disponíveis para o Windows 10. Além disso, a Microsoft trabalhou para melhorar a compatibilidade com aplicativos Android por meio da Microsoft Store.

– **Desempenho aprimorado:** a Microsoft afirma que o Windows 11 oferece melhor desempenho em comparação com seu antecessor, graças a otimizações no núcleo do sistema operacional e suporte a hardware mais recente.

– **Mudanças no Snap Layouts e Snap Groups:** as funcionalidades de organização de janelas no Windows 11 foram aprimoradas com o Snap Layouts e Snap Groups, facilitando a organização de aplicativos e janelas abertas em vários monitores.

HISTÓRIA DO RN

A CAPITANIA DO RIO GRANDE NA HISTÓRIA DAS CAPITANIAS DONATÁRIAS (SÉCULO XVI)

O Rio Grande do Norte faz parte da região do Nordeste brasileiro, localizado entre o Ceará e a Paraíba. Tem como limites ao norte e leste o oceano Atlântico, que banha todo o seu litoral, ao oeste o Estado do Ceará, separado pelo rio Jaguaribe e ao sul o Estado da Paraíba, separado pela Baía da Traição [Portal São Francisco. Região Norte. Rio Grande do Norte. <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/rio-grande-do-norte>.].

Mesmo sendo um dos menores Estados do Brasil, com seus 53.015 km², possui grande quantidade de recursos naturais. No passado seu litoral era repleto de árvores de Pau-brasil, de grande valor na época do descobrimento, o que levou os franceses a se instalarem na costa da região, antes mesmo de se formar a Capitania do Rio Grande estabelecendo o tráfico do Pau-brasil.

As atividades econômicas do Rio Grande do Norte, desde o início de sua colonização, sempre estiveram ligadas a agricultura e a criação de gado, tendo como destaque na sua produção: o algodão, sal marinho, sisal, cana de açúcar, milho, feijão, banana, batata doce, etc. É detentora das maiores salinas do país e de um litoral de cerca de 410 km de extensão.

A sua localização inserida numa região sujeita à periódicas secas, prejudica bastante a sua população que perde plantações e gado pela falta d'água, e que, muitas vezes precisa fugir para as cidades em busca de sobrevivência.

Natal, a capital do Rio Grande do Norte, sobressaiu-se bastante por ocasião da II^a Guerra mundial, quando se tornou centro atenções nacionais e internacionais, não somente pela construção da base aérea americana, mas, sobretudo pela presença dos soldados dos EEUU, o que modificou bastante os costumes locais com a introdução de muitos dos seus hábitos no dia a dia. A população de Natal hoje é de 709.536 habitantes.

Historicamente, o Rio Grande do Norte surgiu com a divisão do Brasil em Capitanias hereditárias, em 1533, e a concessão por D. João III das terras que se estendiam a partir da Baía da Traição (limite sul) até o rio Jaguaribe, ao cronista João de Barros, além de mais 50 léguas de parceria com Aires da Cunha.

Começava a existir a Capitania do Rio Grande, cuja conquista e colonização, depois de várias tentativas frustradas, somente foi efetivada já no final do século, em 1598. Por conta da sua posição geográfica, as terras do Rio Grande foi possivelmente um dos primeiros pontos visitados no litoral brasileiro, antes mesmo da chegada dos portugueses. A necessidade de consolidar o domínio português nas terras que se encontravam abandonadas, com a presença constante de visitantes estrangeiros no seu litoral, fez o governo português tomar novas medidas com relação a Capitania do Rio Grande, nessa altura já de posse da Coroa, que a havia comprado aos filhos de João de Barros.

Dessa forma foram cumpridas as determinações reais aos donatários Mascarenhas Homem, de Pernambuco e Feliciano Coelho da Paraíba, de conquistar as terras, construção de um forte para a sua defesa e fundação de uma cidade para ser iniciada a obra da colonização. Foi construída a fortaleza dos Reis Magos, concluída a 06 de janeiro, cuja planta da autoria de Frei Gaspar de Samperes, obedecia a característica das construções coloniais portuguesas. Depois disso foi necessário a pacificação da massa indígena que habitava a região cujos ataques constantes punham em perigo a vida do homem branco.

A presença de Jerônimo de Albuquerque, de origem mestiça, que viera com a expedição de Mascarenhas Homem, foi de fundamental importância para a sua realização. Encarregado de estabelecer as pazes com os chefes Pau Seco e Sorobabe, Jerônimo consolidou com sucesso a sua missão na Paraíba, em junho de 1599, e tudo indica (pela falta de um documento explícito sobre o assunto) que ao voltar ao Rio Grande, teria ele, Jerônimo de Albuquerque, completado a última determinação real, de fundar uma cidade. A 24 de dezembro de 1599, era fundada a cidade de Natal, tendo como ponto original o local elevado onde hoje se localiza a Pça. André de Albuquerque, Largo da Matriz.

Ali foi erguida uma pequena capela onde foi celebrada missa, capela essa que através das reformas e do tempo permanece ainda hoje a velha catedral.

A capitania era habitada no litoral pelos índios do grupo dos Tupis, os Potiguares e no interior, pelos índios do grupo dos Tapuias, os Cariris e Tarairius.

A colonização foi lenta, estabelecendo-se oficialmente em 1611, com a passagem do Governado do Brasil Diogo de Menezes, que fez as nomeações necessárias para a instituição da administração. Ao longo dos anos a Capitania do Rio Grande acrescentou o complemento do Norte, devido existência de uma outra capitania do Rio Grande, a do Sul.

Marcaram o processo histórico do desenvolvimento da capitania a presença dos holandeses, que tendo invadido e se estabelecido em Pernambuco, conquistaram também o Rio Grande para apoiar a conquista de Pernambuco, além da Capitania do Rio Grande servir para fornecer o gado, para consumo das tropas e população em Pernambuco. Natal foi visitada pelo conde Maurício de Nassau em 1637.

Os holandeses permaneceram na capitania por mais de vinte anos, mas nada foi realizado de positivo que marcasse sua presença na região. Natal recebeu o nome de Nova Amsterdã, estabelecendo-se uma fase que ficou marcada pelo abandono, violência, e rapinagem, responsável pelo atraso no desenvolvimento local. O domínio invasor ficou conhecido pelas atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torto e Uruaçu, que eram os núcleos populacionais da época. Nestas localidades, no final do domínio holandês, os índios Janduis, liderados por Jacob Rabbi, judeu alemão que detinha grande influência sobre estes, atacou e massacrava violentamente suas populações.

Após a saída dos holandeses, quando se tenta voltar à normalidade, inaugura-se uma nova fase na vida da capitania, que volta a sofrer reveses, desta feita com uma revolta dos índios tapuias contra o domínio português, um movimento de rebeldia considerado como um dos maiores da região nordeste, que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros. O movimento, que persistiu por mais de vinte anos, se estendia pelas áreas das Capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo que o foco da rebelião estava na Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Somente foram dominados a partir da atuação mais enérgica das bandeiras paulistas.

Em 1817, ocorreu o Movimento Republicano no nordeste brasileiro, tendo Pernambuco como o centro de difusão do pensamento liberal, sob a liderança da elite agrária e religiosa da região, motivada por interesses econômicos. Esse movimento teve ramificações em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. No caso do Rio Grande do Norte, cujo governador José Inácio Borges, ao condenar o movimento, declarando está separada de Pernambuco, para que fosse mantida a fidelidade ao rei, concretizou duas antigas aspirações da população norte-rio-grandense: tornar-se independente da Capitania de Pernambuco e a criação de uma Alfândega local, que até então não existia.

Mas, mesmo com as providências tomadas pelo governador Borges, André de Albuquerque Maranhão, comandante da Divisão do Distrito Sul e senhor de Cunhaú, (o primeiro engenho do Rio Grande do Norte) através de contatos com os insurretos de Pernambuco, aderiu assumindo a liderança do movimento e entrou em Natal com suas tropas na tarde de 28 de março. No dia seguinte, no edifício da Provedoria da Fazenda, André de Albuquerque Maranhão instalou o governo republicano do Rio Grande do Norte sob sua presidência, governo esse que durou apenas um mês, quando então foi assassinado e a situação voltou ao domínio português.

A independência do Brasil em 1822 transformou a capitania, assim como as demais, em Província, estabelecendo-se nessa fase um crescimento fortalecido pelos poucos engenhos de cana de açúcar e as fazendas de gado, principalmente.

Ao chegar o movimento pela emancipação dos escravos, em 1888, o Rio Grande do Norte tinha muito pouco a fazer, uma vez que sempre possuiu um reduzido número de escravos negros, tendo em vista as terras para essa cultura serem poucas, limitando-se apenas aos vales do Ceará Mirim e Canguaretama.

A queda da monarquia e estabelecimento da república como regime político transformou as Províncias em Estados e a situação política local, tal qual a do restante do país, consolidou as oligarquias que caracterizaram a República Velha. No Rio Grande do Norte o sistema oligárquico funcionou com a liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, cujo grupo se manteve no poder até a década de vinte, substituído por outro que se manteve no poder até o movimento de 1930.

Outro fato a se destacar na história do Rio Grande do Norte foi o movimento de 1935, conhecido como Intentona Comunista, – três insurreições distintas, das unidades militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro –, quando o governo foi interrompido por um movimento armado que instalou um Comitê Popular Revolucionário, que durou apenas 4 dias.

A ocorrência da IIª Guerra mundial (1939-1945), colocou o rio Grande do Norte, especificamente Natal como local de destaque no panorama internacional. Com o apoio de Vargas, presidente do Brasil, aos americanos, foram assinados acordos que

incluíam a construção de bases militar no Brasil e Natal, pela sua posição estratégica de proximidade com a África, foi escolhida para instalação da defesa em tempo de guerra. Aqui foram instaladas a Base Naval de Natal em Refoles, no Alecrim, e a Base Aérea de Natal, ao lado da qual foi construída a Base Aérea Americana, Parnamirim Field, como ficou conhecida, com grande mobilização técnica e todos os serviços modernos possíveis ao gênio e o dinheiro.

Após o final da guerra surgiram os primeiros cursos universitários, 1947, com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia. Seguiram-se as faculdades de Direito, Filosofia, Serviço Social, Economia e Medicina, todas públicas. Em 1958, no governo de Dinarte de Medeiros Mariz (1956/1961) foi criada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, inicialmente estadual e logo em seguida federalizada, em dezembro de 1960 pelo presidente JK.

Somente a partir do final dos anos 80, é que surgiram faculdades particulares no Estado. Atualmente o Rio Grande do Norte conta, além da UFRN, com a UERN (universidade estadual), a UNP, Universidade Potiguar, FARN, FAL, FACEX E FACULDADE CAMARA CASCUDO.

INDÍGENAS NOS SERTÕES DO RIO GRANDE COLONIAL

A PRESENÇA INDÍGENA NOS SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE COLONIAL

Durante o período colonial, a presença indígena nos sertões do Rio Grande do Norte foi um elemento central na conformação do território, nas relações sociais e nos conflitos da região. Os povos indígenas habitavam o sertão potiguar muito antes da chegada dos colonizadores portugueses, e sua história é marcada por resistência, adaptação e, muitas vezes, extermínio.

Compreender esse contexto é essencial para uma análise crítica do processo de ocupação colonial e da formação da sociedade nordestina. Este texto se propõe a abordar a dinâmica das populações indígenas nos sertões do Rio Grande do Norte colonial, destacando suas formas de organização, o impacto da colonização e as reações diante do avanço luso-brasileiro.

► A ocupação pré-colonial e os povos originários

Antes da colonização portuguesa, os sertões do atual Rio Grande do Norte eram habitados por diversos povos indígenas, principalmente de tronco linguístico Macro-Jê e Tupi. Entre os grupos mais conhecidos da região estavam os Tarairiú, Janduí, Paiaçus, Canindés e Cariris. Estes povos praticavam atividades variadas como caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência, além de manterem redes de trocas com outros grupos. A organização social era marcada por lideranças locais, forte vínculo com o território e práticas culturais próprias. Essa diversidade étnica e cultural foi decisiva para a forma como os indígenas reagiram aos diferentes tipos de contatos com os europeus e suas instituições.

► O avanço colonial e os conflitos no sertão

Com a expansão do gado para o interior do Nordeste, especialmente a partir do final do século XVII, os sertões potiguares passaram a ser ocupados por colonos em busca de terras para a pecuária. Essa movimentação gerou tensões crescentes com os povos indígenas que resistiam à ocupação de seus territórios tra-

dicionais. Um dos episódios mais emblemáticos desse conflito foi a chamada Guerra dos Bárbaros (1683-1713), série de levantes indígenas contra os colonizadores, envolvendo confrontos em larga escala em várias capitanias do Nordeste, incluindo o Rio Grande do Norte. A violência desses confrontos foi extrema, com massacres e perseguições promovidas pelas tropas coloniais e suas milícias sertanejas. A catequese jesuítica, por sua vez, tentou controlar os indígenas por meios religiosos, reunindo-os em aldeamentos como forma de inseri-los na lógica colonial.

► Aldeamentos, missões e o papel dos religiosos

A partir do século XVII, a política indigenista da Coroa portuguesa incentivava a criação de aldeamentos com o objetivo de integrar os indígenas ao sistema colonial. No sertão do Rio Grande do Norte, missões religiosas, principalmente conduzidas pelos jesuítas e capuchinhos, tentaram concentrar as populações indígenas em espaços controlados. Os aldeamentos funcionavam como centros de controle cultural, social e religioso, onde se ensinava o português, o cristianismo e práticas de trabalho rural. Em contrapartida, muitos indígenas resistiram à imposição de um novo modo de vida, fugindo ou rebelando-se contra essas estruturas.

Os religiosos, embora por vezes atuassem como defensores dos direitos indígenas contra abusos coloniais, também participaram do processo de aculturação e servidão forçada.

► A miscigenação e o legado indígena na sociedade potiguar

Com o passar dos séculos, as populações indígenas sofreram um intenso processo de miscigenação, seja com colonos portugueses, seja com negros escravizados. No entanto, isso não significou o desaparecimento total dos povos originários, mas sim a sua transformação e invisibilização social. Muitos descendentes de indígenas permaneceram em áreas rurais do sertão, mantendo práticas culturais, modos de vida e saberes tradicionais. Apesar de marginalizados pela historiografia oficial por muito tempo, esses grupos constituem uma parte fundamental da formação da identidade potiguar. O legado indígena está presente na toponímia, na culinária, nas festas populares e na resistência sociocultural de comunidades que hoje se autoafirmam como indígenas, em especial no Oeste potiguar.

O estudo dos povos indígenas nos sertões do Rio Grande do Norte colonial revela uma história de luta, resistência e complexidade. Esses povos não foram meros coadjuvantes no processo de colonização, mas protagonistas de uma história marcada por enfrentamentos, alianças e adaptações.

A violência da colonização, os deslocamentos forçados e os processos de aculturação impactaram profundamente essas comunidades, mas não conseguiram eliminar suas contribuições culturais e sociais.

Recuperar essa história é fundamental não apenas para compreender o passado colonial da região, mas também para reconhecer os direitos e a presença viva dos povos indígenas no Rio Grande do Norte contemporâneo.

A OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL E OS POVOS ORIGINÁRIOS

Antes do contato com os colonizadores europeus, o território que hoje conhecemos como Rio Grande do Norte era amplamente ocupado por diferentes povos indígenas, organizados em distintas sociedades, com línguas, culturas e modos de vida variados.

Essa ocupação era anterior em milênios à chegada dos portugueses, e se dava de forma densa e estratégica, abrangendo desde o litoral até os sertões mais interiores, com adaptação plena às condições ambientais da região.

► Diversidade étnica e cultural

Os povos indígenas que habitavam os sertões do Rio Grande do Norte pertenciam, majoritariamente, aos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, com destaque para grupos como Tarairiú, Paiaçus, Janduís, Canindés e Cariris. Esses nomes, frequentemente atribuídos pelos próprios colonizadores ou religiosos, indicavam tanto etnias específicas quanto confederações de grupos menores, que se articulavam política e militarmente, principalmente diante de ameaças externas.

Esses povos mantinham uma organização social complexa, com sistemas de liderança baseados em conselhos, chefes guerreiros ou líderes espirituais, dependendo do grupo. Suas práticas culturais envolviam rituais religiosos, tradições orais, produção cerâmica, arte corporal e um profundo conhecimento do ambiente em que viviam.

A relação com o território era central em sua cosmovisão, uma vez que as terras ocupadas não eram vistas como propriedade privada, mas como espaços de pertencimento coletivo e espiritual.

► Modos de vida nos sertões

No sertão potiguar, os povos indígenas desenvolviam estratégias de sobrevivência que combinavam caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo da mandioca, milho e feijão. Os recursos naturais do semiárido eram bem explorados por meio de técnicas de manejo sustentáveis, como a rotação de áreas agrícolas, a coleta sazonal de frutas do mato e o uso medicinal de plantas nativas.

Apesar das condições ambientais adversas do sertão, como o regime irregular de chuvas e os solos pedregosos, os grupos indígenas conseguiam se manter de forma autônoma, demonstrando grande capacidade de adaptação. A mobilidade era também uma característica relevante: muitos grupos se deslocavam por longas distâncias, seja por razões comerciais, rituais ou de guerra.

► Redes de trocas e alianças

Além da subsistência local, havia uma intensa rede de trocas intertribais, que envolvia produtos como cerâmica, utensílios de pedra, pigmentos, alimentos e objetos rituais. Essas trocas não apenas serviam a propósitos econômicos, mas também reforçavam alianças políticas e culturais entre os diversos grupos da região. Assim, o sertão não era um espaço isolado, mas parte de uma malha ampla de relações indígenas que abrangia outras áreas do Nordeste, como a Paraíba, o Ceará e o Piauí.

► Cosmovisão e territorialidade

Os povos indígenas viam a terra não apenas como meio de sobrevivência, mas como parte de um universo espiritual. Rios, matas, pedras e animais tinham significados simbólicos e sagrados, muitas vezes associados a mitos de origem, divindades e espíritos ancestrais. O território era, portanto, o fundamento da identidade indígena, e qualquer ameaça à posse ou uso das terras significava uma agressão direta ao modo de vida desses povos.

Essa perspectiva será essencial para entender as resistências que ocorreram mais tarde, durante a expansão colonial. A defesa do território era, antes de tudo, uma defesa da vida e da cultura indígena.

A ocupação pré-colonial dos sertões do Rio Grande do Norte foi marcada por riqueza cultural, diversidade étnica e profunda ligação com a terra. Esses povos estabeleceram formas de vida que, embora invisibilizadas por séculos de historiografia eurocêntrica, foram centrais para a configuração da região e deixaram marcas permanentes na cultura potiguar.

O reconhecimento da complexidade desses grupos é essencial para desconstruir a ideia de que o sertão era um vazio demográfico à espera da civilização europeia. Na verdade, era um espaço vivo, com povos soberanos, cuja história antecede em milhares de anos a chegada dos colonizadores.

ALDEAMENTOS, MISSÕES E O PAPEL DOS RELIGIOSOS

Com o avanço da colonização portuguesa no Nordeste, em especial a partir do século XVII, o sertão do Rio Grande do Norte passou a ser foco de uma política indigenista voltada para a assimilação dos povos originários aos padrões da sociedade colonial.

Um dos principais instrumentos desse processo foram os aldeamentos e as missões religiosas, organizados por ordens missionárias como os jesuítas, capuchinhos e, em menor grau, os carmelitas. Esses espaços tinham por objetivo controlar, catequizar e utilizar a mão de obra indígena em favor da estrutura colonial.

► Objetivos dos aldeamentos coloniais

A criação dos aldeamentos estava baseada em três objetivos centrais:

1. Conversão religiosa dos indígenas ao cristianismo, substituindo suas práticas espirituais pelas doutrinas da Igreja Católica.
2. Fixação territorial, ou seja, retirar os indígenas de seu modo de vida nômade ou seminômade e inseri-los num espaço fixo, sob vigilância e disciplina.
3. Inserção no trabalho colonial, utilizando a força de trabalho indígena em atividades agrícolas, de construção e como auxiliares em expedições militares e administrativas.

Nos sertões do Rio Grande do Norte, alguns desses aldeamentos chegaram a adquirir certo grau de organização e reconhecimento oficial, como os localizados nas margens do rio Apodi e na região do Seridó, onde se fixaram grupos como os Janduí e Tarairiú, por vezes de maneira forçada, por outras, em decorrência de negociações.

► O papel das ordens religiosas

Entre os religiosos, os jesuítas tiveram um papel preponderante na missão civilizadora do império português. Eles acreditavam que os indígenas poderiam ser salvos por meio da fé cristã, desde que fossem afastados de seus costumes e educados segundo os princípios europeus. Criaram escolas, igrejas, hortas e espaços de catequese nos aldeamentos, procurando moldar o cotidiano dos indígenas à lógica colonial.

Os capuchinhos, por sua vez, também atuaram na região, muitas vezes ocupando áreas menos disputadas pelos jesuítas. Tinham uma postura mais adaptativa, buscando aprender as lín-

guas indígenas e tentando promover a convivência pacífica entre os nativos e os colonos. No entanto, suas missões não deixavam de ser instrumentos de controle e disciplinamento social.

Apesar de alguns religiosos defenderem os indígenas contra abusos coloniais, como a escravidão ilegal e os maus-tratos por parte de fazendeiros e militares, o projeto de aldeamento estava alinhado com os interesses da Coroa portuguesa, pois facilitava o acesso à terra, à mão de obra e ao controle político dos sertões.

► Transformações no modo de vida indígena

A vivência nos aldeamentos gerou profundas transformações culturais, sociais e econômicas nas populações indígenas. Os grupos que aceitavam a permanência nesses espaços eram obrigados a:

- Abandonar suas línguas nativas, aprendendo o português e o latim, línguas da catequese e da administração.
- Vestir-se conforme os padrões europeus, o que simbolizava a adesão à nova cultura imposta.
- Praticar o cristianismo, participando de missas, novenas e rituais religiosos impostos pelos missionários.
- Trabalhar nas atividades do aldeamento, em regime que muitas vezes beirava a servidão, especialmente nas lavouras, construção de igrejas e casas, e até no serviço militar.

Essa imposição de nova identidade visava não apenas a aculturação, mas também a diluição das estruturas comunitárias e das lideranças tradicionais indígenas.

► Resistências e fugas

Apesar do discurso oficial de que os aldeamentos eram espaços de proteção e civilização, muitos indígenas resistiram a essa política. Fugas em massa, rebeliões internas e retorno à vida nômade foram práticas recorrentes, especialmente quando os aldeamentos se tornavam ambientes de opressão e exploração. Em muitos casos, grupos inteiros se deslocavam para áreas mais distantes, onde era mais difícil a ação dos religiosos e das tropas coloniais.

Havia também estratégias de resistência simbólica e cultural, como o sincretismo religioso, em que os indígenas incorporavam elementos cristãos às suas crenças tradicionais, mantendo viva sua identidade de forma disfarçada. Outros mantinham práticas linguísticas, modos de caça e rituais ancestrais mesmo dentro do contexto missionário.

Os aldeamentos e missões religiosas representaram uma ferramenta central da política colonial de controle sobre os povos indígenas nos sertões do Rio Grande do Norte. Por meio deles, buscava-se domesticar, cristianizar e integrar os indígenas à lógica do império português.

No entanto, longe de serem simples vítimas ou sujeitos passivos, os indígenas responderam de diversas formas: aceitaram, adaptaram-se, resistiram ou fugiram, sempre buscando preservar aspectos fundamentais de sua cultura e autonomia.

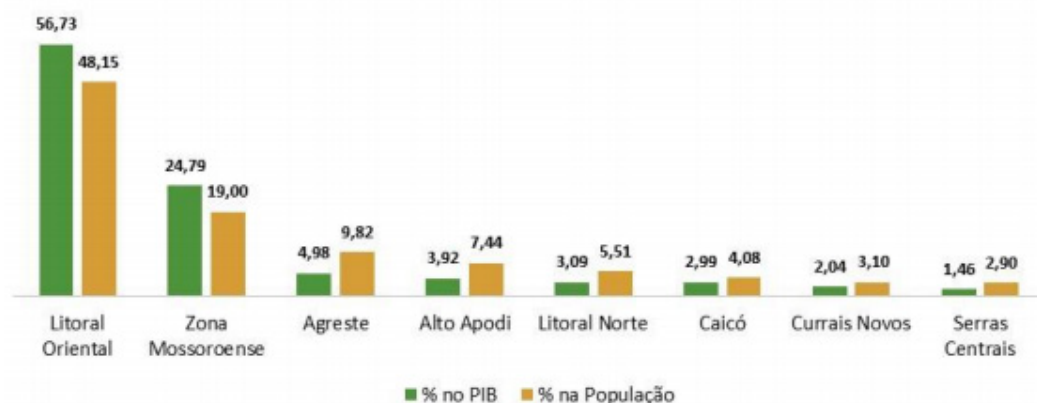
A atuação das ordens religiosas, embora por vezes humanitária, fazia parte de um projeto mais amplo de domínio territorial e cultural, que deixou marcas profundas na história da região e na memória dos povos originários.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

ATIVIDADES ECONÔMICAS MODERNAS E TRADICIONAIS: AGROPECUÁRIA; PESCA; FRUTICULTURA; CARCINICULTURA; MINERAÇÃO; SAL; INDÚSTRIA; PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS; TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Rio Grande do Norte se caracteriza por uma grande concentração territorial da economia e da população em dois grandes polos: Natal, a capital, e Mossoró. A zona que corresponde ao Litoral Oriental, na qual se localiza Natal, concentra mais de 56% do PIB do Rio Grande do Norte e 48,2% da população potiguar, enquanto a Zona Mossoroense, polarizada pelo município de Mossoró, concentra 24,8% do PIB e 19% da população norte-rio-grandense. Dessa forma, as duas zonas representam, juntas, mais de 81% da economia estadual e 67% da população do Rio Grande do Norte, conforme se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 31. Distribuição da Economia (PIB) e da População nas Zonas Territoriais do Rio Grande do Norte – % – 2010



Fonte: IBGE.

Dentro do Litoral Oriental, a presença do município de Natal é muito forte, concentrando 65% do PIB dessa zona, o que representa 37,1% do total da economia do Rio Grande do Norte. A concentração econômica dentro da Zona Mossoroense é menor do que a do Litoral Oriental, embora apenas o município de Mossoró seja responsável por 43,6% do PIB da zona, equivalentes a 10,8% da economia do Estado.

No que se refere à população, o município de Natal concentra 52,7% dos habitantes no Litoral Oriental e 25,4% do total de habitantes do Estado do Rio Grande do Norte. O município de Mossoró, por sua vez, tem 43,2% da população da Zona Mossoroense, o que equivale a 8,2% dos habitantes do Estado.

A dinâmica da economia e a distribuição de potencialidades econômicas parecem indicar a persistência da concentração do PIB e, em menor medida, da população, acompanhando as oportunidades de emprego que decorrem dos investimentos. Turismo, fruticultura, petróleo e gás e a indústria salineira devem continuar sendo as principais atividades econômicas nas próximas décadas. Apenas dois movimentos podem compensar parte desta concentração econômica e demográfica: reanimação da mineração, que pode dinamizar parte das zonas territoriais do Seridó, e o projeto Pró-Sertão, com estímulo às facções, que deve propagar algum dinamismo no Agreste e em parte do Seridó.

A análise das potencialidades e de projetos estruturantes para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte aponta para o risco de que a concentração econômica aumente ainda mais no território do Estado. A região em torno de Natal deve ampliar as atividades econômicas modernas e os serviços avançados, favorecidos pela dinamização do turismo, pela construção do novo aeroporto em São Gonçalo do Amarante e, principalmente, pela Zona de Processamento de Exportações (ZPE) em Macaíba.

Se não forem implementadas iniciativas e projetos que compensem essa tendência, a concentração do PIB e da população no Rio Grande do Norte tende a aumentar nas próximas décadas.

Desta forma, o Litoral Oriental, que é a maior economia do Estado e responde por 56,7% do PIB estadual, deve registrar o segundo maior dinamismo com o turismo, a pesca oceânica e os serviços avançados. Além disso, dentro dessa zona territorial, a Região Metropolitana de Natal deve liderar o crescimento da economia e da população regional.

Uma desconcentração parcial pode ocorrer, mas apenas se houver aumento do peso relativo da economia da Zona Mossoroense, a segunda maior economia do Estado, que responde por 24,8% do PIB estadual. A região terá maior dinamismo caso sejam implantados os projetos de infraestrutura econômica, especialmente o novo porto em Porto do Mangue e a malha ferroviária associada, além do parque industrial de soda-química. Esses três projetos formam um complexo logístico e industrial importante.

A Zona Mossoroense também pode ter um crescimento diferenciado se considerarmos a sua consolidação como centro logístico regional e o aumento da fruticultura irrigada, que será ampliada nos vales do Apodi e do Assú com a transposição do São Francisco, além do petróleo e da exploração salineira. O mapa abaixo ilustra as tendências de reorganização do território do Rio Grande do Norte.

Mapa 1. Tendências de Reorganização do Território



Fonte: FIERN/Unidade de Economia e Estatística – Mapas do Rio Grande do Norte – Classificações Regionais – Natal 2009

A ampliação da energia eólica também deve favorecer um crescimento econômico importante do Litoral Norte. A região representa atualmente apenas 3,1% do PIB do Estado, mas deve crescer acima da média norte-rio-grandense por conta da expansão das atividades em torno dos investimentos na geração de energia eólica. Esse crescimento será potencializado com o turismo e, caso se viabilize, com o adensamento da cadeia produtiva de energia eólica. As zonas de Caicó e de Currais Novos, que hoje representam, respectivamente, 3% e 2% do PIB do Rio Grande do Norte, devem apresentar dinamismo médio nas próximas décadas, estimulado pela ampliação das atividades minerais. O Agreste deve continuar com um crescimento econômico modesto, estimulado apenas pela ampliação das facções e confecções, enquanto as Serras Centrais, que tem apenas 1,5% do PIB total do Estado, deve ter um crescimento médio, decorrente das atividades minerais e também da fruticultura irrigada.

Setores Econômicos

O setor de “Comércio e Serviços” tem a maior participação na agregação de valor do Rio Grande do Norte, com 72,8%. O segmento “Serviços” responde por 30% do total, seguido da “Administração pública”, com 27,7%, e pelo “Comércio”, com 15,1% (2012)¹.

A “Indústria” tem 21,8% da agregação de valor potiguar, com forte retração da “Indústria de Transformação”, compensada por elevações na “Indústria Extrativa” e na “Construção Civil”. A “Agropecuária”, por sua vez, responde por 3,4%, e destaca-se a fruticultura irrigada, com área colhida de melão com grande relevância no Nordeste.

¹ MaisRN. Perfil RN. <https://www.fiern.org.br/setores-economicos/>.

Analista- Gestão Estratégica

GESTÃO ESTRATÉGICA: CONCEITOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS. DESAFIOS PARA A ESTRATÉGIA. TRANSFORMAÇÃO ESTRATÉGICA. ANÁLISE DOS AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS. FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

A gestão estratégica pode ser definida como o conjunto de decisões e ações que determinam o desempenho de longo prazo de uma organização. Trata-se de um processo dinâmico que envolve o planejamento, a execução e o acompanhamento de estratégias que visam alinhar os recursos e as capacidades organizacionais ao ambiente externo, garantindo a sustentabilidade e a competitividade institucional.

No contexto contemporâneo, marcado por incertezas e mudanças aceleradas, a gestão estratégica assume papel central tanto na administração pública quanto na privada. Enquanto nas empresas ela busca maximizar resultados e competitividade, no setor público seu foco recai sobre a efetividade das políticas públicas, a entrega de valor ao cidadão e a eficiência da máquina administrativa.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos representam os resultados que a organização deseja alcançar em um horizonte temporal definido. Eles derivam diretamente da missão e da visão institucional, e são essenciais para orientar os esforços das equipes e alinhar todas as ações organizacionais.

Alinhamento com a Missão e Visão

A missão expressa a razão de ser da organização; a visão, por sua vez, projeta um estado futuro desejado. Os objetivos estratégicos devem traduzir essas declarações em metas claras e operacionais, que impulsionem o progresso contínuo.

Critérios SMART

Para serem eficazes, os objetivos devem obedecer ao critério SMART:

- Específicos: bem definidos e claros;
- Mensuráveis: passíveis de quantificação;
- Atingíveis: realistas e exequíveis;
- Relevantes: alinhados às prioridades estratégicas;
- Temporais: com prazos definidos para sua realização.

Esses objetivos funcionam como bússola para todas as iniciativas e políticas internas, permitindo coesão organizacional e foco nos resultados.

Indicadores Estratégicos

Indicadores estratégicos são instrumentos fundamentais para mensurar o progresso em direção aos objetivos estabelecidos. Permitem avaliar o desempenho organizacional, diagnosticar desvios e embasar decisões gerenciais.

Tipos de Indicadores (KPIs)

Os KPIs (Key Performance Indicators) podem ser agrupados conforme sua natureza:

- Financeiros: lucratividade, custo-benefício, retorno sobre investimento.
- Operacionais: produtividade, qualidade, eficiência dos processos.
- Satisfação do cliente: nível de atendimento, reclamações, fidelização.
- Capital humano: rotatividade, treinamento, clima organizacional.

Iniciativas Estratégicas

As iniciativas estratégicas são ações específicas (programas, projetos, políticas) implementadas com o objetivo de alcançar os objetivos definidos. São o elo prático entre o planejamento e a execução estratégica.

Programas e Projetos Estratégicos

Enquanto os programas reúnem várias ações contínuas com objetivos comuns, os projetos são empreendimentos temporários com escopo, tempo e orçamento definidos. Ambos devem ser priorizados com base no valor estratégico que agregam.

Alocação de Recursos e Priorização

A gestão estratégica exige uma criteriosa alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos. A priorização das iniciativas deve considerar critérios como urgência, impacto esperado, riscos e sinergia com outras ações organizacionais.

Desafios para a Gestão Estratégica

Apesar de seu potencial transformador, a gestão estratégica enfrenta diversos obstáculos que podem comprometer sua efetividade.

Resistência à Mudança

A cultura organizacional resistente, marcada por rotinas burocráticas e aversão ao novo, é uma das principais barreiras. Superá-la requer liderança engajada, comunicação transparente e programas de capacitação.

Falhas na Comunicação e Governança

A ausência de canais de comunicação eficientes entre os níveis hierárquicos compromete o entendimento dos objetivos estratégicos. Além disso, estruturas de governança mal definidas dificultam o acompanhamento e a responsabilização pelas metas.

Limitações Tecnológicas e Estruturais

A escassez de ferramentas de análise, sistemas integrados de gestão e equipes qualificadas também limita a capacidade de planejamento e monitoramento estratégico, especialmente em órgãos públicos.

Transformação Estratégica

Transformação estratégica é o processo pelo qual uma organização redefine sua direção, estrutura, cultura ou modelo operacional para responder a mudanças no ambiente ou para aproveitar novas oportunidades.

Quando e Por Que Transformar

As transformações são necessárias quando:

- O ambiente externo muda significativamente (novas leis, crises econômicas);
- A organização perde competitividade ou eficiência;
- Há mudança na missão institucional;
- Novas tecnologias ou demandas sociais emergem.

Fases da Transformação Estratégica

1. Diagnóstico: avaliação interna e externa;
2. Redefinição da estratégia: nova missão, visão, objetivos;
3. Engajamento das lideranças: mobilização da alta gestão;
4. Execução estruturada: implementação de planos e projetos;
5. Gestão da mudança: ações de apoio à transição cultural;
6. Avaliação e ajuste contínuo: medição de impactos e correções.

Casos Práticos e Impactos

No setor público, por exemplo, a adoção de estratégias digitais para ampliar o acesso a serviços é uma transformação estratégica comum. Já no setor privado, empresas que migraram para modelos de negócios digitais ou sustentáveis ilustram bem como a gestão estratégica pode reposicionar uma organização no mercado.

— Análise do Ambiente

A análise do ambiente é a etapa inicial e uma das mais críticas do planejamento estratégico. Ela envolve a coleta, o exame e a interpretação de informações tanto internas quanto externas que podem impactar o futuro da organização. O objetivo dessa análise é identificar fatores que influenciam a capacidade da organização de atingir seus objetivos e adaptar-se às mudanças do mercado e do ambiente.

Análise do Ambiente Interno

A análise do ambiente interno foca nos aspectos internos da organização, incluindo seus recursos, capacidades, processos e cultura organizacional. Esta etapa é crucial para identificar as forças e fraquezas da organização, informações que servirão como base para a formulação de estratégias.

• **Recursos Humanos:** Avaliar o talento, as competências e o engajamento dos colaboradores. Uma força de trabalho bem treinada e motivada pode ser uma vantagem competitiva significativa.

• **Recursos Financeiros:** Examinar a saúde financeira da organização, incluindo fluxo de caixa, endividamento e capacidade de investimento. A análise financeira ajuda a determinar até que ponto a organização pode financiar novas iniciativas.

• **Processos e Tecnologia:** Analisar a eficiência dos processos operacionais e o nível de tecnologia utilizada. Processos eficientes e tecnologia avançada são fundamentais para a otimização das operações e a inovação.

• **Cultura Organizacional:** Avaliar os valores, crenças e comportamentos que predominam na organização. Uma cultura forte e alinhada aos objetivos estratégicos pode promover a coesão interna e a eficácia na execução das estratégias.

Ferramentas como a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) são amplamente utilizadas para identificar e categorizar esses elementos, fornecendo uma visão clara dos recursos internos disponíveis e das áreas que necessitam de melhorias.

Análise do Ambiente Externo

A análise do ambiente externo busca compreender os fatores fora do controle da organização, mas que exercem influência direta ou indireta sobre ela. Essa análise é fundamental para identificar oportunidades e ameaças que podem afetar o planejamento estratégico.

• **Ambiente Econômico:** Avaliar as condições econômicas gerais, como taxas de crescimento, inflação, níveis de desemprego e poder de compra dos consumidores. Mudanças na economia podem afetar a demanda por produtos e serviços e a capacidade da organização de financiar suas operações.

• **Ambiente Político e Legal:** Considerar a estabilidade política, a regulamentação governamental e as políticas fiscais. Mudanças políticas e novas leis podem criar novas oportunidades ou introduzir barreiras.

• **Ambiente Social e Cultural:** Observar as mudanças nos valores, atitudes e comportamentos da sociedade. Mudanças demográficas, como o envelhecimento da população ou novas preferências dos consumidores, podem criar novas demandas de mercado.

• **Ambiente Tecnológico:** Monitorar as inovações tecnológicas e o ritmo das mudanças tecnológicas. A adoção de novas tecnologias pode oferecer oportunidades de inovação e eficiência, mas também pode introduzir novos concorrentes.

• **Ambiente Competitivo:** Analisar o ambiente de concorrência, identificando os principais concorrentes, suas estratégias, produtos e serviços. Conhecer bem o cenário competitivo ajuda a organização a posicionar-se de maneira mais eficaz.

Uma ferramenta comum utilizada nessa fase é a análise PESTEL (Política, Econômica, Social, Tecnológica, Ecológica e Legal), que oferece uma estrutura para avaliar e categorizar as influências externas.

Integração das Análises Interna e Externa

A integração das análises interna e externa permite que a organização desenvolva uma visão holística de sua posição estratégica. Com base nos resultados da análise SWOT, a organização pode identificar como suas forças podem ser utilizadas para explorar oportunidades ou para mitigar ameaças, e como suas fraquezas podem ser superadas para evitar que se tornem vulnerabilidades em face das ameaças externas.

— Definição da Missão, Visão e Valores

Após a análise do ambiente, a próxima etapa crucial no planejamento estratégico é a definição da missão, visão e valores da organização. Esses três elementos formam a base sobre a qual todas as estratégias e ações futuras são desenvolvidas, fornecendo um direcionamento claro e coeso para todos os membros da organização. Eles são essenciais para comunicar o propósito, as aspirações e os princípios fundamentais da organização, tanto interna quanto externamente.

Missão

A missão de uma organização descreve a razão de sua existência e o que ela busca alcançar no presente. É uma declaração que deve ser clara, concisa e inspiradora, refletindo o propósito central e as responsabilidades da organização. A missão deve responder a perguntas como:

- Quem somos?
- O que fazemos?
- Para quem fazemos?
- Qual é o nosso propósito?

Exemplo de declaração de missão: “Prover soluções inovadoras em tecnologia que capacitam empresas a alcançar seu máximo potencial, com um compromisso inabalável com a qualidade e a excelência no atendimento ao cliente.”

Uma declaração de missão eficaz deve:

- Ser fácil de entender e lembrar.
- Refletir a identidade única da organização.
- Inspirar e motivar os colaboradores e outros stakeholders.

Visão

A visão de uma organização projeta um estado futuro desejado, ou seja, o que a organização aspira a se tornar. Ela deve ser ambiciosa e inspiradora, funcionando como uma meta a longo prazo que direciona o planejamento estratégico. A visão deve ser um norte que todos na organização possam seguir.

Exemplo de declaração de visão: “Ser reconhecida globalmente como a líder em inovação tecnológica, transformando a forma como as empresas operam e geram valor.”

Uma declaração de visão eficaz deve:

- Ser inspiradora e motivadora.
- Projetar um futuro claro e aspiracional.
- Ser realista e alcançável a longo prazo.

Valores

Os valores são os princípios e crenças fundamentais que orientam o comportamento e a tomada de decisão dentro da organização. Eles funcionam como uma bússola ética, garantindo que todas as ações e estratégias estejam alinhadas com os princípios básicos da organização. Os valores ajudam a construir a cultura organizacional e a manter a coesão interna.

Exemplo de valores organizacionais:

- **Integridade:** Agir com ética e transparência em todas as situações.
- **Inovação:** Buscar constantemente novas ideias e soluções criativas.
- **Excelência:** Compromisso com a qualidade em todos os aspectos do trabalho.
- **Colaboração:** Trabalhar em equipe para alcançar objetivos comuns.
- **Responsabilidade Social:** Contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente.

Importância da Missão, Visão e Valores

- **Alinhamento Organizacional:** A missão, visão e valores ajudam a alinhar todas as partes da organização em torno de objetivos comuns, facilitando a coesão e a colaboração.
- **Tomada de Decisão:** Fornecem uma base para a tomada de decisão, ajudando a garantir que todas as ações e estratégias estejam em conformidade com os princípios e objetivos da organização.
- **Comunicação e Marketing:** São essenciais para comunicar a identidade e os objetivos da organização aos stakeholders, incluindo clientes, colaboradores, investidores e a comunidade em geral.
- **Motivação e Engajamento:** Inspiram e motivam os colaboradores, proporcionando um senso de propósito e direção.

Processo de Definição

Definir a missão, visão e valores deve ser um processo colaborativo, envolvendo líderes e stakeholders chave da organização. É importante que essas declarações sejam revisadas periodicamente para garantir que permaneçam relevantes e alinhadas com o contexto e objetivos atuais da organização.

- **Workshops e Sessões de Brainstorming:** Incluir líderes e colaboradores para coletar diferentes perspectivas e ideias.
- **Pesquisa e Benchmarking:** Analisar missões, visões e valores de outras organizações para inspiração e melhores práticas.
- **Feedback e Revisão:** Coletar feedback dos stakeholders e revisar as declarações até que estejam alinhadas e refinadas.

A definição da missão, visão e valores é uma etapa fundamental no planejamento estratégico, proporcionando uma base sólida para a formulação de estratégias e a tomada de decisões.

Esses elementos não apenas definem a identidade e o propósito da organização, mas também inspiram e guiam todas as suas ações, garantindo que a organização se mantenha fiel a seus princípios enquanto busca alcançar seus objetivos a longo prazo.

— Estabelecimento de Objetivos e Metas

Uma vez que a missão, visão e valores da organização estão claramente definidos, o próximo passo no processo de planejamento estratégico é o estabelecimento de objetivos e metas. Esta etapa é crucial, pois transforma as diretrizes amplas definidas nas fases anteriores em alvos específicos e mensuráveis que guiarão a organização em direção ao seu futuro desejado.

A definição de objetivos e metas permite a criação de um roteiro claro para a execução das estratégias e para a avaliação do progresso ao longo do tempo.

Objetivos: Definição e Características

Os objetivos são declarações amplas que definem o que a organização deseja alcançar. Eles estão diretamente alinhados com a missão e visão e servem como um guia para a tomada de decisões estratégicas. Um bom objetivo deve ser:

- **Específico:** Definir claramente o que se deseja alcançar, sem ambiguidade.
- **Mensurável:** Incluir critérios que permitam avaliar o progresso e o sucesso.
- **Alcançável:** Ser realista, levando em consideração os recursos e as capacidades da organização.
- **Relevante:** Estar alinhado com as prioridades estratégicas da organização.
- **Temporal:** Estabelecer um prazo claro para a realização.

Este conjunto de características é comumente conhecido como objetivos SMART (Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-bound), um acrônimo que ajuda na formulação de objetivos eficazes.

Exemplo de objetivo SMART: “Aumentar a participação de mercado em 15% dentro dos próximos 18 meses, através da expansão em novos mercados regionais.”

Metas: Detalhamento e Mensuração

Enquanto os objetivos são declarações amplas, as metas são mais específicas e detalhadas, representando etapas concretas que precisam ser alcançadas para atingir os objetivos maiores. As metas geralmente são quantitativas e funcionam como benchmarks para medir o progresso.

Elas devem ser diretamente derivadas dos objetivos e servir como pontos de referência para a equipe avaliar se estão no caminho certo.

Exemplo de metas relacionadas ao objetivo anterior:

- **Meta 1:** Lançar três novos produtos no mercado regional até o final do primeiro trimestre.
- **Meta 2:** Aumentar o investimento em marketing digital em 20% no próximo ano para atrair novos clientes.
- **Meta 3:** Treinar e capacitar 50 novos representantes de vendas para cobrir as novas regiões de mercado até o final do semestre.

Cada meta deve ser igualmente SMART, para garantir que a organização possa avaliar o progresso e fazer ajustes conforme necessário.

Importância do Estabelecimento de Objetivos e Metas

- **Direcionamento:** Os objetivos e metas fornecem uma direção clara para todos os níveis da organização, garantindo que os esforços estejam alinhados com a estratégia global.
- **Motivação e Engajamento:** Metas específicas e alcançáveis ajudam a manter os colaboradores motivados e engajados, pois oferecem um senso de propósito e realização.
- **Avaliação e Controle:** Metas mensuráveis permitem que a organização monitore o progresso em direção aos objetivos estratégicos, facilitando o controle e a correção de desvios ao longo do caminho.
- **Priorização de Recursos:** Ao estabelecer objetivos e metas claros, a organização pode alocar recursos de maneira mais eficaz, concentrando-se nas áreas que mais contribuirão para o sucesso.

Processo de Estabelecimento de Objetivos e Metas

- **Alinhamento com a Missão e Visão:** Antes de definir os objetivos e metas, é essencial garantir que eles estejam totalmente alinhados com a missão e visão da organização. Isso assegura que todos os esforços estejam orientados para o mesmo fim.
- **Envolvimento das Partes Interessadas:** O processo deve envolver líderes, gestores e, quando possível, colaboradores, para garantir que os objetivos e metas sejam realistas e compreendidos por todos os envolvidos.
- **Definição de Prioridades:** Nem todos os objetivos e metas têm a mesma importância ou urgência. É necessário priorizar aqueles que são mais críticos para o sucesso a longo prazo da organização.
- **Comunicação Clara:** Após o estabelecimento, é fundamental comunicar os objetivos e metas a todos os níveis da organização. Uma comunicação eficaz garante que todos entendam suas responsabilidades e o papel que desempenham na conquista das metas.
- **Monitoramento e Revisão:** Estabelecer um sistema de monitoramento regular para avaliar o progresso das metas é crucial. Isso permite à organização identificar problemas e ajustar estratégias conforme necessário.

O estabelecimento de objetivos e metas é uma etapa essencial do planejamento estratégico, pois transforma a visão da organização em ações concretas e mensuráveis. Ao definir objetivos e metas claros, específicos e alinhados com a missão e visão, a organização cria um caminho claro para alcançar seu sucesso futuro.

Esse processo não apenas facilita a gestão e o controle das estratégias, mas também motiva os colaboradores, orienta a alocação de recursos e permite a adaptação às mudanças do ambiente. Em última análise, objetivos e metas bem definidos são os pilares sobre os quais o sucesso organizacional é construído.

— Formulação de Estratégias

A formulação de estratégias é uma das etapas mais críticas do planejamento estratégico, pois envolve a definição dos caminhos que a organização seguirá para alcançar os objetivos e metas previamente estabelecidos.

Esta fase transforma a análise do ambiente e a definição de objetivos em planos de ação concretos que orientarão a organização em direção ao sucesso. A formulação de estratégias requer